

Consenso surge em propostas para segurança

Aumento do efetivo da Polícia Federal e integração das polícias fazem parte dos programas dos presidentiáveis

Editorial de Arte

Carter Anderson e Isabela Abdala

• As propostas para a segurança pública formuladas pelos quatro candidatos a presidente surpreenderam, por sua convergência, especialistas ouvidos pelo GLOBO. Questões como o aumento do efetivo da Polícia Federal, a construção de presídios federais e a integração das polícias Civil e Militar permeiam os programas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB-PMDB), Anthony Garotinho (PSB) e Ciro Gomes (PPS-PTB-PDT).

— As propostas coincidentes indicam um consenso crescente em outras áreas, como a melhoria da base de dados e a necessidade de dificultar a venda das armas de fogo. Todas elas vão na direção certa — elogia o sociólogo Inácio Cano, professor e membro do Laboratório de Análise da Violência da UERJ.

Ex-secretária executiva do Ministério da Justiça, Elizabeth Sussekind também afirma que o resumo das propostas dos quatro candidatos pouco difere em seus aspectos básicos. Essa é a mesma opinião do coordenador do movimento Viva Rio, Rubem Cesar Fernandes. Ele ressalta, no entanto, que Lula e Garotinho são mais específicos em algumas questões e enfatizam a necessidade da negociação com o Congresso para a flexibilização de artigos da Constituição, o que permitirá aos governos estaduais decidir sobre a integração ou até mesmo unificação de suas polícias.

Armas de fogo estão na mira

• Outra proposta que frequenta os programas — mas de eficácia duvidosa, por depender de decisão do Congresso e da vitória sobre fortes lobbies que têm se mostrado eficientes — é a proibição da venda de armas de fogo, diz o cientista político Paulo de Mesquita Neto, do Núcleo de Estudos contra a Violência da USP.

— São pontos que dependem muito mais do Congresso do que do Executivo — diz.

Apesar de considerar que de um modo geral as propostas se assemelham, o sociólogo e professor da UFRJ Michel Misse diz que é possível agrupar as propostas em dois blocos. Ele diz que todos os candidatos defendem a construção de presídios, mas Serra e Ciro afirmam que eles devem ser erguidos em locais remotos, o que demonstra o caráter conservador de suas propostas.

— Essa concepção de locais remotos está abandonada porque esconde uma retórica de segregação. Se há segurança, eles podem ficar em qualquer lugar. E quando Serra fala de guerra contra o crime organizado também não me agrada. Se há guerra o bandido é o inimigo e temos que matá-lo. Essa não é uma boa imagem — diz Misse.

O que Misse condena é elogiado pelo presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Francisco Garisto, defensor dos presídios em locais afastados, onde os presos trabalhariam.

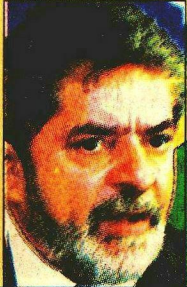
Projetos têm lacunas

• Os especialistas ainda apontam lacunas nos projetos de segurança. Neto diz que o controle dos serviços de segurança particular é pouco abordado. Já Elizabeth Sussekind afirma que há poucas referências ao combate à corrupção.

— Nenhum candidato fala em aperfeiçoar o sistema de controle do crime organizado por métodos sofisticados, avançando na cooperação judiciária com outros países, o que é essencial, especialmente no caso de lavagem de dinheiro — diz Elizabeth. ■

► Especialistas analisam as propostas

CANDIDATOS A PRESIDENTE



LULA

■ **FIM DOS INDICIAMENTOS** - Os indiciamentos em inquéritos, segundo Inácio Cano e Michel Misse, dão aos policiais um grande poder e abrem as portas para práticas como a extorsão e até mesmo a tortura. Também é elogiada a proposta de aperfeiçoar a atribuição do Ministério Público, para o controle do exercício externo da atividade policial.

■ **FIM DAS AUDITORIAS MILITARES** - Inácio Cano considera positivo o fim das auditorias militares para policiais, que passariam a ser julgados pela Justiça comum.

■ **PRESÍDIOS ESPECIAIS** - A eficácia da criação desses presídios para viciados que cometam pequenos delitos é questionada por Inácio Cano. Para ele, penas alternativas e tratamento em clínicas são medidas que devem ser pensadas.

■ **ELEVAR PARA CURSO FUNDAMENTAL COMPLETO A ESCOLARIDADE MÍNIMA PARA VIGILANTES** - Segundo Luiz Antônio de Souza, nada garante que a escolaridade é critério de excelência para o exercício da função de segurança privada.



SERRA

■ **BANCO DE INFORMAÇÕES** - A proposta de organizar um banco de dados de impressões digitais, entre outras medidas para organizar o serviço de inteligência, é considerada positiva.

■ **MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO** - Francisco Garisto elogia a proposta de priorizar a aprovação de leis que tramitam no Congresso para cortar privilégios penais, mas ressalta que isso vem sendo tentado sem sucesso no governo Fernando Henrique.

■ **MINISTÉRIO DA SEGURANÇA** - Para Michel Misse, a medida parte de uma visão de que há uma guerra contra o crime organizado na qual os bandidos são inimigos e devem ser mortos. Em sua opinião, é uma visão conservadora. Francisco Garisto diz que a medida é pouco eficaz.

■ **PAPEL DO EXÉRCITO** - Inácio Cano diz que a proposta tucana dá margem para que o Exército volte a atuar na segurança pública. Em outros países onde essa prática foi adotada, diz Cano, a medida não resolveu a questão e criou outros problemas, como a corrupção nas Forças Armadas.



GAROTINHO

■ **criação da agência central de informações criminais** A medida, assim como a elaboração de um cadastro criminal unificado, que propicie o intercâmbio de informações entre as polícias estaduais, é defendida por Michel Misse.

■ **FIM DE PRIVILÉGIOS** O fim da prisão especial e do foro privilegiado também é defendido pelos especialistas que, no entanto, dizem que lobbies no Congresso precisarão ser vencidos para que haja a mudança na legislação.

■ **DESARMAMENTO** A proibição da venda de armas de fogo é uma medida útil para reduzir a violência, afirmam os especialistas.

■ **AGRAVAMENTO DE PENAS** - Luiz Antônio de Souza diz que a proposta de agravar as penas para crimes praticados por ou contra policiais tem pouca eficácia. Para ele, o agravamento da pena não garante que o problema diminuirá. Outro problema é definir o que são crimes praticados em serviço por policiais, que não terão suas penas agravadas.



CIRO

■ **POLICIAMENTO COMUNITÁRIO** Os especialistas consideram positiva a ênfase dada a este tipo de policiamento.

■ **DESARMAMENTO** A proibição do uso de armas também é elogiada. Michel Misse, no entanto, duvida que a estatização das indústrias de armamento, proposta por Ciro, seja a medida mais eficaz.

■ **FIM DA LEI FLEURY** Francisco Garisto afirma que essa lei só serve para proteger os poderosos, como os bandidos do colarinho branco.

■ **AUMENTAR O PODER DA UNIÃO** - Francisco Garisto diz que a proposta é vaga, eleitoreira e contra o sistema federativo. Deve-se dar mais condições aos estados para combater o crime.

■ **ADENSAR A VIDA ASSOCIATIVA** - Essa não é uma função de segurança pública, diz Luiz Antônio de Souza. Segundo ele, é preciso tomar cuidado com frases como "dotar a sociedade de meios de reforçar de maneira pacífica e desarmada a sua própria segurança", dita por Ciro. Segundo Souza, a proposta de Ciro é genérica.

QUEM SÃO OS ESPECIALISTAS

Michel Misse, sociólogo e professor da pós-graduação em sociologia e antropologia do IFCS da UFRJ

Inácio Cano, sociólogo e membro do Laboratório de Análise da Violência da Uerj

Luiz Antônio de Souza, cientista-político do Núcleo de Estudos Contra a Violência da USP

Elizabeth Sussekind, ex-secretária executiva do Ministério da Justiça

Rubem Cesar Fernandes, coordenador do Viva Rio

Francisco Garisto, presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais

PROPOSTAS EM COMUM

DOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA

 Aumentar o efetivo da Polícia Federal, considerado insuficiente para sua atribuição de combater o crime organizado

 Construir presídios federais para presos de alta periculosidade envolvidos em tráfico de armas, narcotráfico e outros crimes federais

 Integrar as polícias Civil e Militar

 Investir em redes nacionais de informações criminais

 Desarmamento e controle da venda de armas a civis

DOS CANDIDATOS AO GOVERNO

 Manter a colaboração com os órgãos federais de segurança para combater o crime organizado.

 Ocupar as áreas conflagradas, mas não só com policiais.

 Investimento em projetos sociais, que incentivam a prática da cidadania nas áreas carentes, evitando o recrutamento dos jovens pelo tráfico.